

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADES E A CONFORMAÇÃO DOS SUJEITOS: AS AÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL, NO IFRS-CAMPUS IBIRUBÁ, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

SCHOOL AS A SPACE FOR SOCIABILITY AND THE CONFORMITY OF SUBJECTS: THE ACTIONS OF THE STUDENT UNION, AT IFRS-CAMPUS IBIRUBÁ, DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Danielle Rezera 1
Izac de Sousa Belchior 2
Raquel Viana dos Anjos 3

Resumo: Parte-se do entendimento da escola como um espaço de produção de laços sociais que, afetada pela pandemia da Covid-19, permitiu e impôs aos estudantes reflexões sobre o papel social dela em suas vidas e formações. Dessa forma, busca-se analisar as ações desenvolvidas pelo Grêmio Estudantil do IFRS-Campus Ibirubá diante dos limites e da possibilidade de retorno às aulas presenciais no final do ano letivo de 2021. Nesta pesquisa de abordagem qualitativa, adota-se como metodologia a análise documental, a pesquisa bibliográfica e uma entrevista com a representante do Grêmio Estudantil. Como resultados, ressalta-se a compreensão dos estudantes no fortalecimento do movimento estudantil, a exposição de suas inquietações sobre os processos participativos dentro da escola e a consolidação dos modos de organização estudantil.

Palavras-chave: Escola. Sociabilidade. Pandemia Covid-19. Grêmio Estudantil.

Abstract: We start from understanding of the school as a space for the production of social bonds that, affected by the Covid-19 pandemic, allowed and imposed to the students reflections on its social role, in their lives and formations. In this way, we seek to analyze the actions developed by the Student Union of the IFRS-Campus Ibirubá in the context of the limits and the possibility of returning to classes in attendance at the end of the school year 2021. In this qualitative research, the methodology adopted is documental analysis, bibliographical research and an interview with the representative of the Student Union. As results, we highlight the students' understanding of the strengthening of the student movement, the exposure of their restlessness about the participatory processes inside the school, and the consolidation of the modes of student organization.

Keywords: School. Sociability. Pandemic Covid-19. Student Union.

- 1 Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade do Grande ABC e Pedagogia pela Universidade Nove de Julho. Mestre em História Econômica pela FFLCH, da Universidade de São Paulo. Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1155653092420308>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1811-8387>. E-mail: daniellerezera@yahoo.com.br.
- 2 Graduado em Licenciatura plena em Geografia pela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pela Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia de Santa Catarina. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3123174475249996>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5968-9998>. E-mail: belchiorizac@gmail.com.
- 3 Graduada em Licenciatura plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5731745344363890>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3233-3160>. E-mail: raquel.dosanjos@ifpi.edu.br.

Introdução

Sabe-se que a escola, como espaço de interação, imposição e contradição de simbologias e representação de subculturas, tem sua própria cultura e articula-se com a cultura da sociedade que a organiza, esta que muitas vezes é antagonista à função da escola como espaço emancipatório e crítico. Conforme Perez Gomez (2001), na escola os produtos simbólicos das interações humanas de um grupo social sustentam significados e linguagens que manifestam um certo grau de funcionalidade, e que cada sistema que a organiza, tanto a reprodução quanto a reinterpretação e a transformação da cultura, também se potencializa, assim como os aspectos limitantes da sociedade que ultrapassam seus horizontes e adquirem autonomia.

Nessa discussão, é importante pensar a escola como um meio de sociabilidades, lembrando que a sociabilidade é um fenômeno de ação consciente, da interação entre natureza social e biológica. Para Marx (2006), é através do trabalho que se constitui o homem e sua capacidade de sociabilidade. Pois a conversão do homem em sujeito deu-se devido a um processo histórico com o avanço das relações sociais e dos laços que daí surgiram. Entende-se que as relações sociais são constituídas no desenvolvimento histórico, assim como as possibilidades de interação, os valores, os comportamentos e os ideais.

À medida que são constituídas formas sociais de relacionamento, vida social, vida política e regulações sobre as mais diversas esferas da vida, as sociabilidades se complexificam, assim como as disputas e os antagonismos. No íterim dos lugares, dos posicionamentos, das estratégias de luta, de sobrevivência, de cooperação e de resistência, formam-se os laços sociais, e no espaço escolar não é diferente. Ressalta-se também que, conforme Bourdieu (2019, p. 141), “A escola, sempre o esquecemos, não é simplesmente um lugar onde se aprendem coisas, saberes, técnicas etc., é também uma instituição que atribui títulos, ou seja, direitos e, ao mesmo tempo, confere aspirações”. Desta maneira, a escola é um espaço privilegiado de aprendizado e exercício dos direitos, como também é um espaço de convivência com as diferenças e as diversidades dos sujeitos, pois é na escola que muitos vislumbram e desenham seus projetos de futuro.

Considerando essa discussão, neste presente trabalho apresenta-se uma análise das ações efetivadas por estudantes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), *campus* Ibirubá, durante o ensaio de retorno presencial, que ficou conhecido como ensino híbrido, atendendo a uma reivindicação dos alunos, sobretudo no que tange às aulas práticas. Ressalta-se o entendimento da escola como um espaço acentuado de sociabilidades e também como seara de disputas de narrativas dos atores hegemônicos e aparelhos privados de hegemonia, que dominam os meios de produção e os meios das corporações de cunho privado e dos institutos de educação digital que buscam a conformação dos sujeitos a lógica neoliberal e neoconservadora, que flerta com políticas sanitárias negacionistas com a finalidade de não reduzir seus lucros. É importante frisar que os autores deste trabalho não endossam o discurso negacionista e a anticiência, que muitas vezes rondou o direcionamento arbitrário de retorno às aulas antes do esquema vacinal completo dos profissionais da educação e dos estudantes em todo o país. Interessa aqui, acima de tudo, compreender os argumentos utilizados pelos jovens para sustentarem a necessidade de retorno às aulas presenciais como necessárias e urgentes, além de suas formas de organização dentro de uma instituição para serem escutados.

Nesta perspectiva, fundamenta-se o papel social que a escola ocupa na vida dos estudantes, considerando-a como um espaço afetivo durante a formação cognitiva, social e cidadã desses jovens. Também avalia-se a atuação destes na efetivação de seus direitos e nas negociações com a instituição a despeito de uma ideia de que eles pertenceriam a um estágio da vida humana, sempre sob a tutela dos seus responsáveis e do Estado, não sendo capazes de refletirem sobre sua condição na sociedade e muito menos sobre sua participação nas discussões e escolhas que os cercam.

A conformação dos sujeitos e a escola

Pela perspectiva psicanalítica, partindo de Lacan (1992), entende-se que o laço social é o

resultado da possibilidade de convivência com aquele a quem se assemelha, que se reconhece em si e no outro, e que se expressa por meio de uma relação de troca entre os sujeitos. Sendo que essa troca é dada via discurso, com a validade ou a verdade estabelecida pela linguagem. A linguagem, o discurso e os seus sentidos têm lugar de análise, uma vez que são elementos fundamentais para a socialização, tal como sugere Gramsci (2012), quando discorre sobre o tema em diferentes escritos — aqui em específico o Q,17 — em que a linguagem é entendida como um meio de difusão, de concepção de mundo e de cultura. Existe na linguagem uma filosofia e uma cultura da expressão de cada época, movimento ou grupo, que nela exprimem questões de um modo de pensar, de ser e de experienciar o mundo. Dessa forma, a linguagem se complexifica pelas formas de assumi-las e assimilá-las, pois assim, por seu uso e sua forma, é possível que os seres se relacionem e interajam.

Ao se pensar os laços sociais para avançar na compreensão da importância da linguagem e de seus sentidos, entende-se, assim como Freud (1996), que estão sempre presentes as ideias de pertencimento e identificação. As relações, no campo do consciente e do inconsciente, via questões objetivas e subjetivas, compõem o laço social (FREUD, 1996). Em “O Mal-estar da civilização”, Freud (1996) atenta para os sacrifícios dos sujeitos para adequarem-se aos fardos do ajuste que o projeto de civilização demanda, cujo objetivo era o de concretizar a vida comunitária, e não os desejos e impulsos pessoais. A civilização moderna, no seu caráter conformador-civilizatório anula o indivíduo para ajustá-lo às determinações sociais e, ao fazer isso, também cria uma divisão social cada vez mais profunda, onde se cristaliza a riqueza e sua (não) distribuição (MARX, 2006). Nesse aspecto, a linguagem usada é a do ajustamento de uma cultura, cuja moral, modos e costumes, são assumidos e outros abolidos, onde também se reformulam os aspectos de ordem ética desta nova sociedade “civilizada”.

Para Bauman (1998, p. 8), partindo de Freud: “a civilização – a ordem imposta a uma humanidade naturalmente desordenada – é um compromisso, uma troca continuamente reclamada e para sempre instigada a se renegociar”. Na análise de Bauman (1998), os padrões definidos por Freud para explicar os mal-estares eram: “compulsão”, “regulação”, “supressão” ou “renúncia forçada”, que se davam por um forçoso “excesso de ordem” que obrigatoriamente caminhava por uma escassez de liberdade. Esse esforço de entendimento das relações sociais no campo objetivo e subjetivo na modernidade, ainda oferece respostas fundamentais sobre os laços sociais nas formas de ser da civilização, cada vez mais conformada com a lógica social capitalista.

Ampliando a discussão, Bauman (1998) trouxe a questão para a contemporaneidade através da análise da sociedade pós-moderna (líquida) e observou que, pela ordem do mal-estar atual:

Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação. O princípio de realidade, hoje, tem de se defender no tribunal de justiça onde o princípio de prazer é o juiz que a está presidindo. ‘A idéia de que há dificuldades inerentes à natureza da civilização que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma’ parece ter perdido sua prístina obviedade. A compulsão e a renúncia forçada, em vez de exasperante necessidade, converteram-se numa injustificada investida desfechada contra a liberdade individual (BAUMAN, 1998, p. 9).

No âmbito da ascensão e da permanência do neoliberalismo, os laços sociais e a subjetividade estão cada vez mais marcados pela lógica de “vendabilidade”, podendo ser denominados como sociedade de sujeitos-mercadoria e sociedade de consumidores. Ou seja, o sujeito-mercadoria-consumidor possui a “liberdade” de ser o melhor de si para o mercado, dado que Bauman (2008) denominou esta amalgama de “comodificação” do fator humano. Na lógica neoliberal:

na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeitos sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável (BAUMAN, 2008, p. 20).

Como sujeitos-mercadoria, na lógica dos laços sociais, a representação e o lugar são fundamentais para o senso de pertencimento, tanto em termos objetivos de sobrevivência quanto na questão subjetiva de participação social. Assim, de acordo com Bauman (2008), a autopromoção, a responsabilização dos sujeitos por seu sucesso ou por sua falha, a sua adequabilidade às efemeridades e a potência de consumo e venda, e a descartabilidade são elementos normatizados e naturalizados nas relações sociais, seja na vida individual, seja na vida social.

Essas questões compõem um novo tipo de mal-estar que circula por uma dinâmica cultural e que está em todos os momentos da vida dos sujeitos, no campo objetivo e no campo subjetivo. Pois são pautados por uma moral de utilidade ao mercado e aos sujeitos-mercadoria, ou seja, à capacidade individual e não coletiva de estar no mundo, especificamente num mundo com a constante presença de inconstâncias e efemeridades.

Para Costa (2017), a subjetividade do ambiente escolar está pautada pela assunção neoliberal de produtividade, meritocracia e de desempenho na atividade docente e na atividade discente. Os projetos educacionais são também reificados a partir da teoria do capital humano, pois de acordo com o autor:

A Teoria do Capital Humano tem entre outras funções, a de desculpabilizar o modo de produção capitalista pelas desigualdades presentes no mundo, passando a ideia de que o subdesenvolvimento não tem a ver com relações de poder, mas sim com a modernização ou qualificação dos 'recursos humanos'. Acredita-se que a equalização possa ser feita através de uma melhor preparação dos trabalhadores para o mercado, e com o discurso da meritocracia, busca-se a superação da contradição capital-trabalho. Pois é este mesmo discurso que fará acirrar um sentimento individualista entre os trabalhadores, pois os faz acreditar que só o bem preparado, o bem treinado "merece" estar à frente dos demais (COSTA, 2017, p.138-139).

Por isso, a atenção à representação no fazer escolar é tão fundamental e imprescindível para o embate contra a mercantilização, a favor da qualidade e da garantia da educação pública (REZERA; D'ALEXANDRE, 2021). No decurso da pandemia da Covid-19 (2020-2022), questões feitas entre o conteudismo e a vida real dos estudantes foram tema de embates e disputas, onde as narrativas, principalmente na grande mídia e nas formações docentes, estavam atreladas ao discurso das corporações de cunho privado e aos institutos de educação digital, que apresentaram problemas e soluções que giraram em torno dos conceitos de: educação invertida, ensino híbrido, vantagens da educação via aplicativos e plataformas online. No caos pandêmico, as empresas de tecnologia educacional tiveram controle ampliado do mercado de conteúdo e da difusão de modelos educacionais, tanto no setor privado quanto no público. Essas empresas angariaram de forma imediata uma visibilidade exponenciada de suas pretensas soluções, e, a partir disso, um espaço para seu crescimento, e esse movimento foi encampado e fomentado por Fundações, tais como a Lehman entre outras, que viram espaço para ampliar sua influência e seu controle.

Durante o período pandêmico, a educação sofreu ataques de variadas formas, tendo sido um dos setores mais atacados pelo Governo Federal (de Jair Bolsonaro) e pelos governos estaduais e municipais (de direita e de extrema direita), que buscavam, por meio da narrativa, o convencimento de que se já se vivia um período pós-pandêmico. Para a construção desse discurso, utilizou-se de forma massiva de uma ampla propagação de *Fake News*, que agiu conjuntamente a manobras para enxugamento orçamentário e a um empenho para a construção de novos atores do cenário decisório educativo, tendo em vista a hegemonia das alas mais conservadoras.

Na tentativa de compreender essa questão, parte-se de Ball (2014) para se pensar sobre o expressivo grau de interesse pela educação de conglomerados globais e por entidades internacionais (Banco Mundial, OCDE, entre outras) e que atuam direta ou indiretamente no setor — estes são organizados em redes especializadas na operacionalização política e introduzem novas formas de atuação, controle e adaptações ao neoliberalismo. Essas ações coadunam para a conformação de sujeitos à lógica de subalternização, afastando destes uma formação que seja

significativa, emancipatória e unilateral, pondo a educação pública em diálogo estreito com os setores e entidades educacionais privadas, imediatamente relacionadas aos interesses do capital.

Para Moschkovich (2019), o real objetivo do governo é passar todo o sistema educacional para a iniciativa privada, sem dar espaços para autonomia, o que “significa uma educação voltada direta, exclusiva e explicitamente, aos interesses e às necessidades dos diferentes setores privados, que já são acionistas de empresas privadas de educação” (Ibidem, 2019, n.p.). Considera-se isso um dos grandes legados negativos que este governo fomenta e que, no cenário pandêmico, se alargou revelando um projeto de (des)educação, com um caminho para o autoritarismo e para a ampliação da desigualdade.

Majoritariamente um *lobby* pró-mercantilização da educação pública se acentuou em todo mundo, e esse crescimento e espaço para atuação foram difundidos de modo antidemocrático, ladeados pela onda de soluções imediatas advindas da pandemia da Covid-19. Ademais, esses são os pilares de controles que estão em disputa e, durante o período pandêmico, alastraram-se por meio de medidas provisórias desconectadas e distantes das demandas da população.

Dado o que se discute até o momento, é perceptível a edificação de um projeto neoliberal de escola como um espaço de fomento ao individualismo, à competitividade e à meritocracia em detrimento de uma ideia de escola emancipatória, empática, desinteressada e comprometida com o desenvolvimento da vocação de “ser mais” (FREIRE, 1996). Desabilitados de se identificarem e se organizarem socialmente, os indivíduos ficam mais propensos à conformidade social. O que se vê é a negação do acolhimento à diversidade e às múltiplas subjetividades dos sujeitos e a adoção de uma tática de uniformização e controle, bem como o avanço de um projeto que deforma a formação dos jovens no âmbito social e profissional, projeto que foi amplificado pelo contexto da pandemia da Covid-19.

Escola, espaço em disputa

Há, no momento pandêmico trazido pela Covid-19 e por suas mais diversas variantes mutações, a acentuada atuação das classes hegemônicas e subalternizadas na disputa pelos aspectos decisórios, mostrando a dinâmica social empreendida por Gramsci (2012), relacionada aos entes que atuam no Estado. Ao analisar e entender que a política e a economia são instrumentos fundamentais para que se possa entender o mundo e atuar nele, o pensador sardo delineou, em sua extensa obra (“Cadernos do Cárcere” e outros escritos), a necessária compreensão dos aspectos históricos e a importância dos espaços e meios de manutenção da ordem burguesa, assim como as estratégias para superação das iniquidades, às quais as classes subalternizadas estão sujeitas, e mais do que isso, a superação se dá no sentido de uma nova construção das sociabilidades. O certo é que, nos mais variados cenários das desigualdades, há sempre estratégias de manutenção e embates advindos desse processo.

Ao compreender que a sociedade civil é heterogênea, partindo da concepção gramsciana¹, e possuiu diversos processos representativos que se integram às disputas pelo consenso hegemônico, há de se considerar que, sob esta dinâmica, existe uma hegemonia dominante, que busca alargar seus interesses de classe para as demais — que se trata de uma busca pela conformação ideológica e econômica da vida social, universalizando sua visão de mundo e sua racionalidade (DIAS, 2003). Essa questão do campo educativo, no momento pandêmico e no “pós-pandêmico”, gerou um conflito no campo das lutas pela educação pública de qualidade, colocando de um lado, um cenário aviltante da educação remota, em que há o empresariamento do currículo, da forma, dos entes e dos conteúdos; de outro lado, a resistência de educadores quanto ao direito à segurança de sua saúde e a de seus alunos; o direito à educação de qualidade e o direito ao espaço decisório do âmbito escolar.

A partir do exposto, a presente pesquisa debruça-se sobre a educação pública brasileira

¹ A sociedade civil em Gramsci (2012) é um espaço privilegiado de construção e de disputa por hegemonia, uma vez que congrega todo o espectro de instituições intermediárias entre o Estado, em sentido integral. O autor também delinea claramente a intrínseca relação entre intelectuais como parte da sociedade civil, Estado e hegemonia, formando a composição orgânica na relação de poder no Estado (GRAMSCI, 2012).

no cenário da pandemia da Covid-19, a organização de atividades remotas, o ensino síncrono, assíncrono, as atividades de educação à distância e as implicações dessas modalidades no IFRS-*campus* Ibirubá a partir do movimento discente, representado pelo Grêmio Estudantil, empenhado na articulação e na promoção de diálogo com a instituição para o retorno das atividades presenciais após o período de massiva contaminação, denominado por meios de comunicação e governos como pós-período pandêmico.

No período analisado, os servidores da instituição já estavam à espera da dose de reforço, e os estudantes do referido *campus* já tinham recebido a primeira dose. À vista disso, foram criados planos de contingência para prevenção, monitoramento e controle da Covid-19, que previa apresentação da carteira de vacinação, uso obrigatório de máscaras, campanhas educativas e um plano de retorno gradual e, dito seguro, para o início das atividades de ensino presencial². O ano letivo 2021 se iniciou no dia 2 de agosto, de modo remoto, respaldado pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19). A continuidade deste decreto se mostrou necessária para conter surtos do vírus nas escolas de todo o Brasil.

Contudo, no mês de setembro do ano 2021, houve um primeiro movimento para a volta do ensino presencial e esse movimento foi capitaneado por um docente que, a partir do recolhimento das assinaturas dos discentes e de um plano de trabalho que atendesse aos protocolos de segurança, solicitou à instituição o retorno presencial de suas atividades docentes. Sua proposta foi aprovada pelos Colegiados de Curso, pelo Comitê de Crise e pelo Conselho de *Campus*. Compreende-se que essa ação contribuiu para acionar o desejo dos estudantes de retornarem às atividades presenciais, principalmente no que concerne às áreas de ensino que possuem disciplinas de formação prática, fomentado pelo medo de uma formação incompleta, sem a vivência destas aulas e dos estágios, que também foram suspensos durante a pandemia.

Entre tantos agrupamentos e organizações estudantis, de modo variado, as respostas ao “não retorno” das atividades presenciais, representaram o acúmulo desnecessário de mais períodos em que se entendeu: precarização de sua formação; revolta quanto ao prolongamento de situações de vulnerabilidade e violência; falta de recursos materiais; ansiedade quanto ao resultado futuro de uma educação que entendem disfuncional; interferência nas suas sociabilidades e qualidade psicofísica. Ademais, como membros do espaço escolar, os estudantes sentiram-se apartados da decisão do IFRS-*campus* Ibirubá sobre o prolongamento do ensino remoto, entendendo que ele se deu de maneira unilateral. E, desse modo, iniciaram um movimento de diálogo, buscando espaço para voz nas decisões sobre o retorno presencial.

As ações do grêmio estudantil no IFRS – *campus* Ibirubá

Busca-se, por meio da análise das ações de retorno às atividades presenciais desenvolvidas pelo Grêmio Estudantil, compreender como se deram as pautas, os encaminhamentos, as resoluções e o empenho na discussão e disputa pela pauta dos estudantes. Dessa forma, serão tratadas algumas dessas ações e de seus desdobramentos elencados também no mundo virtual, e que aqui são sistematizamos como resultados da análise dos materiais produzidos e difundidos pelo Grêmio Estudantil.

Como estratégia de identificação da situação cognitiva e emocional dos estudantes durante o ensino remoto, a representante discente informou que foi criado um formulário no *excel*, denominado de “Relatos do Ensino Remoto”, com o objetivo de avaliar o ensino remoto e a experiência com o ensino à distância pelos discentes do Ensino Médio Integrado, com garantia de anonimato aos participantes da pesquisa. Entre os relatos, foram destacadas questões como: a falta de concentração em casa; a ausência de um ambiente adequado para os estudos; não conseguir aprender; fobias sobre o futuro; ansiedade; crise de pânico; saúde mental deteriorada pela falta de

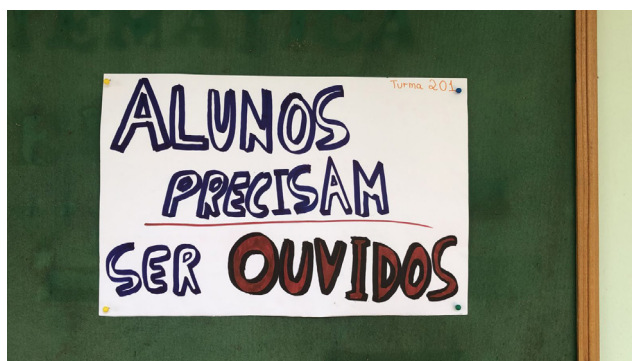
² Abrimos espaço neste trabalho acadêmico para agradecer, de modo público, o empenho dos pesquisadores russos no desenvolvimento da primeira vacina mundial, a Sputnik V; de igual modo, agradecemos ao governo chinês pela colaboração feita junto ao Instituto Butantan para a aquisição dos insumos para a aplicação da primeira dose da vacina no braço dos brasileiros, a CoronaVac.

interação com o espaço escolar. Essas foram respostas que surgiram com frequência e veiculadas na página do Instagram do Grêmio Estudantil (GRÊMIO IFRS CAMPUS IBIRUBA, 2022c).

Ao analisar os relatos de modo pormenorizado, o objetivo foi a compreensão dos discursos, da ordem objetiva e subjetiva dos mesmos, pois entende-se que eles possibilitam desenvolver aporte para novas discussões e ações em torno da temática. Antes de mais nada, é fundamental que seja compreendido o contexto do referido processo, que se trata de uma questão fundamental para uma análise qualitativa, método aqui empregado para a análise do conteúdo³.

São utilizadas para análise duas entrevistas com a representação discente, uma coletada no Jornal da Integração (EDUCAÇÃO IBIRUBÁ, 2022) e a outra realizada na data de 20 de abril e 22 de abril — atentando para a Resolução 510/16, a representante discente do grêmio consentiu ao termo livre e esclarecido em 20 de abril. Também foi possível ter acesso e uso das atas das ações do grêmio; materiais de mídia e divulgação fornecidos pela respectiva representante (GRÊMIO IFRS-IBIRUBA, 2022a; 2022b; 2022c). Conforme a pesquisa com a representante dos estudantes, os materiais foram confeccionados num contexto de divisão de tarefas de empenho para o retorno às atividades, assim um número expressivo de estudantes pôde participar, alguns, fazendo questionários, cartazes e realizando ações para a contenção de contágios, manifestações, entre outros.

Figura 1. Cartaz “Alunos precisam ser ouvidos”



Fonte: Arquivo pessoal cedido pela Representante do Grêmio Estudantil do IFRS - *campus* Ibirubá (2022).

A partir dos registros fotográficos cedidos para esta pesquisa, o espaço do Grêmio foi apresentado: uma sala com mobília, alguns equipamentos e cartazes espalhados pelos corredores e quadros informativos da instituição, nos quais os estudantes requeriam o direito de serem ouvidos e a inconformidade com a continuidade das aulas remotas.

Foi enviado um ofício à Direção Geral do *campus* assinado pelos representantes estudantis, onde alguns eram participantes do Grêmio Estudantil solicitavam a volta das atividades práticas de forma presencial e o apoio dos servidores, seguindo o “Plano de Contingência para Prevenção, Monitoramento e Controle” do novo Coronavírus. O documento inicial da proposta de retorno — assinado por mais de 80% dos alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio integrado, após a realização de uma assembleia em que sete turmas, votaram a favor do retorno ao ensino presencial, onde uma turma votou contra e uma outra que se absteve — indicou duas questões base: a primeira foi ao baixo desempenho e à aprendizagem pautada nos componentes curriculares da instituição; a segunda questão foi a da adesão dos estudantes a essa proposta, apoiando os docentes que possuíam interesse no retorno presencial.

3 Para Bardin (1977), a análise de conteúdo constitui em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar conteúdo em comunicações em que há uma condução sistemática, a fim de interpretar e reinterpretar significados implícitos, já que analisa, com profundidade, a questão da subjetividade, busca-se a explorar o conjunto de opiniões e representações sociais da temática discutida, através de pontos que estejam em convergência e singularidades. Assim se procede em inferências e sínteses interpretativas.

Esse movimento é justificado pelo fato de a maior parte dos estudantes ser favorável ao retorno, levando em consideração a perceptível queda de desempenho e aprendizagem dos componentes curriculares, propostos pelos Planos Pedagógicos de Curso, e a baixa qualidade do ensino, comparado a do presencial, fato descrito pelas turmas nos últimos Conselhos de Classe devido à falta de atividades práticas nos mesmos. Ademais, o momento atual da pandemia do Novo Coronavírus se encontra mais controlado do que em qualquer momento anterior, o que é notável através de dados divulgados pelos órgãos de saúde regionais, constatando a redução de casos ativos e mortes, além do avanço considerável da vacinação, inclusive dos servidores do IFRS *Campus* Ibirubá, que logo receberão a segunda dose da vacina. Vale ressaltar, também, que a construção desse documento visa a prestar apoio e incentivo aos professores que desejam ofertar aulas práticas em seus componentes curriculares, seguindo dos processos descritos na Instrução Normativa PROEN no 06, e que o corpo discente está disponível para dialogar sobre essa possibilidade. (GRÊMIO IFRS-IBIRUBA, 2022a, n.p.)

No mesmo documento é relatada uma falha de comunicação entre os dirigentes do *campus* e os discentes sobre as pautas debatidas quanto ao andamento das atividades presenciais ou à continuidade do ensino remoto. No documento analisado, os discentes afirmaram serem favoráveis ao ensino remoto, mas somente em caso de agravamento da pandemia. Sobre a comunicação entre os discentes e os dirigentes institucionais é colocado que:

Em segundo plano, também solicitamos melhor comunicação do IFRS através de informações concretas e objetivas, visto que a maioria dos discentes concorda que há uma insuficiência nesse sentido, fazendo com que não tenhamos ciência das pautas discutidas em reuniões, do posicionamento da Instituição em relação a realização das aulas práticas presenciais e como esse processo seria organizado institucionalmente de forma detalhada (questões envolvendo transporte, alimentação, turnos, horários e outros) (GRÊMIO IFRS-IBIRUBA, 2022a, n.p.)

Durante uma entrevista para este artigo, ao ser questionada sobre os encaminhamentos da mobilização, a representante discente do Grêmio disse que encaminharam como primeira proposta o retorno, a proposta de reserva era a do retorno às aulas práticas no período de janeiro a abril. Outra questão relevante que a representante salientou foi sobre o processo participativo no Instituto Federal, indicando que sentiram que “precisavam humanizar a figura do aluno para a diretoria”⁴ através de diversas atividades de mobilização. Ademais, de acordo com a representante, o movimento teve apoio da Ubes e de grêmios de outras escolas, fazendo com que se sentissem estimulados a continuar com as ações.

Sobre o movimento de retorno às aulas presenciais, de modo híbrido, a representante do Grêmio Estudantil relatou que, em princípio, o movimento obteve grande adesão dos discentes, gerando uma sensação de retorno presencial imediato dos demais docentes, contudo, à medida que as semanas passavam, a adesão dos discentes diminuía em decorrência de problemas relacionados ao deslocamento para a escola, à alimentação, e à continuidade das atividades remotas das demais disciplinas, feitas em turnos diversos, o que acarretou uma sobrecarga aos alunos.

Desse modo, se optou por interromper as atividades presenciais no *campus*, mas as informações trazidas pelos veículos de mídia local e nacional e pelos empresários de diversos segmentos e envergaduras, eram de que a pandemia estava sob controle, de que os números de casos de infecção e internação haviam caído, e de que as escolas privadas, estaduais e municipais

4 Trecho retirado da entrevista concedida pela Representante Estudantil do Grêmio Estudantil do IFRS – campus Ibirubá.

estavam realizando suas atividades normalmente. As informações disseminadas pelos veículos de mídia tradicionais, pelos canais de mídia de extrema direita e pelos poderes executivos desencadearam nos alunos do referido *campus* um sentimento de que “tá tudo normal, tá tudo funcionando, menos o IF”, esse sentimento era compartilhado e colocado sempre nas reuniões em que algum representante estudantil era convidado e nas redes sociais, nas quais estavam inscritos docentes e discentes.

Retorno presencial, impasses nas vozes e participação estudantil

No mês de outubro, durante reunião do Conselho de *Campus*, cujas pautas foram: análise e parecer das solicitações de aulas práticas presenciais no Ensino Médio Integrado; análise e parecer das atividades práticas de projeto de ensino, destaca-se que sete componentes curriculares solicitaram as atividades práticas presenciais. Para o mês de novembro, foi emitido um ofício circular da Presidente do Conselho de Campus com a pauta do retorno 100% presencial para o mês de janeiro. Esse fato foi largamente amparado pelos docentes e discentes do Ensino Médio Integrado (ao contrário do Ensino Superior) e trouxe uma grande expectativa, especialmente para os discentes do ensino médio, que ansiavam pelo retorno das atividades de ensino presenciais.

Contudo, em dezembro do ano 2021, foi notificada a chegada da variante Ômicron ao Brasil, caracterizada de muito mais transmissível⁵. No mês de janeiro do ano de 2022, foi ratificada a manutenção do retorno presencial. Entretanto, o aumento dos casos da Covid-19 entre alunos e servidores inviabilizou o retorno, pois as turmas que tiveram casos confirmados eram postas em quarentena, bem como os servidores que tiveram contato com pessoas positivadas, seguindo as regras estabelecidas pelos protocolos de segurança da instituição. Essa situação levou a uma desorganização generalizada, contando com turmas presenciais, turmas com trabalho remoto, docentes e alunos afastados por causa do contato com turmas em que haviam sido confirmados casos. Apesar dos esforços empreendidos pela instituição, as aulas foram suspensas para a conclusão do ano letivo de 2021 de modo remoto, fato que levou à organização e mobilização de manifestações do Grêmio Estudantil nas ruas da cidade de Ibirubá, pedindo a volta das aulas presenciais. Segundo os documentos enviados pela Direção do Grêmio para esta pesquisa acadêmica, destaca-se que:

Durante o período de 28/01 até 07/02, o Grêmio Estudantil se envolveu fortemente tentando manter as **aulas presenciais**. Na reunião de sexta-feira (28) de manhã o GE expôs o que já havia sido discutido com o CRT (Conselho de Representantes de Turmas), que era a necessidade e o desejo da maioria dos alunos pela continuidade das atividades no campus. Na terça-feira (01), o Comitê de Crise propôs, dessa vez, sem a presença de representantes estudantis, o fechamento na escola. Após isso, com a ajuda incansável do CRT, foram organizadas manifestações em cartazes na escola, o compartilhamento de relatos de estudantes e das manifestações citadas no Instagram, além de outras campanhas digitais. Quarta-feira (02) à noite, o Grêmio Estudantil se reuniu com o diretor substituto e alguns membros da chapa do Comitê de Crise para discutir o que foi colocado por eles, nessa reunião, o GE apresentou uma proposta alternativa, que pode ser encontrada aqui (**proposta 1, suprimida**) ... Por sugestão dos membros da reunião, foi elaborada também uma segunda proposta, como plano de segurança, que pode ser encontrada aqui (**proposta 2, suprimida**) ... Foi aberto espaço na reunião do Concamp (Conselho de Campus de Ibirubá), segunda-feira (07), para a apresentação dessas propostas, naquele momento, foi só permitida a participação da presidente do

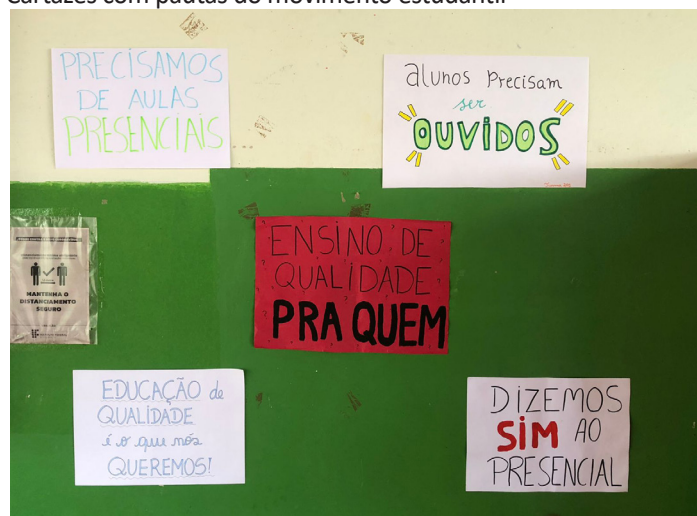
⁵ Segundo a publicação do jornal Brasil de Fato (2022, n.p.): “A variante ômicron é cerca de duas ou três vezes mais transmissível do que a delta e tem muita semelhança de transmissão com a do Sarampo”.

GE e sua fala só foi concedida no momento de leitura das propostas, após ou antes disso, a fala pertence somente aos conselheiros. Foi nesse dia que foi tomada a decisão de que o IFRS voltaria para o sistema remoto até o dia 14/02. (GRÊMIO IFRS-IBIRUBA, 2022a, n.p., grifo nosso).

Importante frisar aqui a reivindicação do direito à voz e participação nos espaços de discussão e decisão pertinentes à escola. Falhas de comunicação e ingerência de informações importantes sobre os processos que conduzem as escolhas feitas pelos gestores engessaram as ações dos estudantes e criaram embates muitas vezes desnecessários e desgastantes para as partes envolvidas. Ao ser questionada sobre as estratégias, a força motriz do movimento e sobre os resultados, a representante do Grêmio Estudantil destacou que a representação da comunidade escolar, em que ela elencou pais e alunos, de alguma maneira, construiu em conjunto o processo, a união dos alunos e o seu modo de articulação, podendo: participarem da construção de relatos; irem a manifestações, permitirem a adesão de alunos de outras escolas e de amigos. E essa soma de fatores proporcionou forças para que o movimento pudesse se fortalecer. Em outra via, a visibilidade do movimento, em rádios e numa entrevista ao jornal de Ibirubá, também permitiu que os sentimentos e pautas do movimento fossem comunicadas.

Conforme avaliação da representante discente, as execuções das ações, por parte do Instituto, não foram feitas de acordo com as demandas das decisões do CONCAMP (Conselho de *Campus*), mas que o resultado efetivamente concreto se deu com a mudança de mentalidade para o processo participativo dos estudantes e da comunidade escolar.

Figura 2. Cartazes com pautas do movimento estudantil



Fonte: Arquivo pessoal cedido pela Representante do Grêmio Estudantil do IFRS - campus Ibirubá (2022).

Na compreensão da representante estudantil, o movimento aumentou a participação dos estudantes e, de modo inovador, incentivou a participação dos pais. Para além, também avalia que todos saíram fortalecidos uma vez que buscaram compreender como ocorre a participação nos processos decisórios, tendo em vista o entendimento da burocracia, dos meios de discussão e das resoluções. Dessa forma, compreenderam que têm direito; que são cidadãos; que é preciso buscar espaços democráticos num momento de extrema impotência diante do tipo de educação que estavam sujeitos durante a pandemia. Logo, é possível verificar que o movimento fortaleceu a comunidade escolar.

Para a representante estudantil, chegou-se a um meio termo, pois foram capazes de conquistar um espaço de interlocução — mesmo que incipiente — devido a todo empenho do

movimento. Em uma matéria publicada pelo Jornal da Integração, a presidente do Grêmio Estudantil concedeu uma entrevista, falando da insatisfação dos alunos com a decisão do Comitê Local para Prevenção, Monitoramento e Controle da Covid-19 do IFRS – *campus* Ibirubá, no dia 1 de fevereiro, que recomendou o retorno ao ensino remoto e apresentou as principais reivindicações dos alunos:

Nossos protestos começaram no mesmo dia da decisão do Comitê de fechar a escola, terça-feira (01/02). As manifestações por rede social começaram no mesmo dia, assim como as discussões entre representantes de turma e grêmio. Durante a semana, foram feitos cartazes e recolhidos os relatos que estão sendo postados [...] os representantes do ensino médio e grêmio estudantil foram escutados era sabido pela direção o desejo majoritário (do ensino médio apenas) de continuar nas aulas presenciais. Com o fechamento, os alunos sentiram que não foram ouvidos, que a direção está ignorando os pedidos e preocupações com a qualidade de ensino, principalmente o técnico. Então, tanto o grêmio quanto os representantes conversaram e propuseram ao Comitê de Crise uma nova proposta para controlar os casos de Covid e entre outras complicações (EDUCAÇÃO IBIRUBÁ, 2022, n.p.).

Seguindo a entrevista concedida ao Jornal da Integração, a representante do Grêmio Estudantil enfatizou a importância da organização discente e destacou que: “[...] os alunos estão unidos, com comunicação clara entre as turmas, dando espaço para que todos expressem sua opinião e suas vontades por vários meios. A união foi decisiva para o processo de discussão, organização e início dos protestos” (EDUCAÇÃO IBIRUBÁ, 2022, n.p.). Ao prosseguir a entrevista, a representante apontou que:

A importância do protesto é deixar claro o pensamento do ensino médio para que seja ouvido, como outras vezes não foi, e para que seja considerado no dia da votação da proposta. O retorno presencial agrega no nosso ensino, na saúde mental, na nossa socialização e em vários outros fatores. Para os terceiranistas, é a nossa chance de despedirem-se e aproveitar os momentos finais no IF e preparo para o mercado de trabalho, para o estágio e de aprendizado para os vestibulares e, para os calouros, é a época de encontrar-se no IF, conectar-se com o curso, os professores, colegas e instituição. Tudo isso está sendo roubado de nós. Como representante dos alunos e de suas vontades, preciso e tenho a obrigação de exigir e expressar esses pensamentos o mais alto possível (EDUCAÇÃO IBIRUBÁ, 2022, n.p.)

Por fim, a reportagem destacou as informações do Comitê Local para Prevenção, Monitoramento e Controle da Covid-19 do IFRS – *Campus* Ibirubá, do dia 1 de fevereiro de 2022, sobre a recomendação do retorno ao formato remoto e que estão fundamentados nos dados do governo do estado do Rio Grande do Sul; do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); no aumento do número de pacientes nos leitos de UTI em razão da Covid-19; no aumento do número de casos de contaminação de estudantes e servidores; além disso, na dificuldade de parte dos estudantes de permanecer de máscara nas dependências do IFRS- *campus* Ibirubá e no transporte escolar, devido ao calor extremo, concluiu a reportagem (EDUCAÇÃO IBIRUBÁ, 2022).

Considerações Finais

Diante do exposto, tornou-se indispensável o contraponto, dada a necessária racionalidade

sobre o momento em que vivemos. Todavia, é salutar compreender que, mesmo parecendo contraditório em suas demandas, o Grêmio Estudantil representa uma realidade que precisa ser discutida com urgência, tendo influência das atividades remotas no desenvolvimento cognitivo das sociabilidades e dos laços sociais construídos no espaço escolar e na conformação psicofísica de jovens para uma formação de baixa qualidade e com demandas diametralmente altas.

Desse modo, retoma-se Costa (2017), no que diz respeito ao seu entendimento sobre a subjetividade no ambiente escolar, ao assumir a essência neoliberal de produtividade, meritocracia e desempenho. A reificação está nas relações escolares e são assentidas pelos próprios estudantes que, diante de um currículo e um modelo societal que se articula pela imposição, oferece poucos espaços de construção de modelos alternativos e críticos. Aos alunos cabe a obediência ao sistema, conformar-se com os direcionamentos societais, e com o mal-estar que lhes cabe, comodificar-se, conforme Bauman (2008). O movimento dos alunos do IFRS - *campus* Ibirubá, pelo Grêmio Estudantil, expressa a urgente para que se reclame, mais uma vez, o fundamental direito à participação, para rememorar e buscar praticar o que está no item VI, artigo 206 da constituição (BRASIL, 1988), em que consta, como princípio educacional, a gestão democrática do ensino público.

Arelaro (2016, p. 65) já afirmava: “a gestão democrática não é falácia, é prática social”, portanto, se faz urgente e necessário entender que o espaço escolar é, por excelência, um espaço de conflito, de disputas e de luta. É algo que precisa ser constantemente rememorado. Ele é historicamente disputado e um caminho para a transformação da educação, por isso é tão negligenciado e fagocitado pelo sistema escolar através de subterfúgios ou ausências. Cabe lembrar Dagnino (2004), quanto trata da confluência perversa entre projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal. É necessário superar a visão homogeneizadora da sociedade e observar os deslocamentos de sentidos das noções de cidadania, participação, democracia, o significado da política e, acima de qualquer coisa, de subalternização dos sujeitos.

Assim, por meio da análise realizada ao longo destas páginas, entende-se que as ações do Grêmio Estudantil IFRS – *campus* Ibirubá são uma representação dessa confluência perversa, visto que se trata da legitimação de uma pauta cara aos estudantes, que relaciona a sua saúde, a sua sociabilidade, os seus laços, os seus espaços, a sua segurança, ao mesmo tempo que também representa a defesa do direito à participação política democrática no espaço escolar. E, também, somada a esses fatores, a conformação com o produtivismo, com o desempenho, com os ditames da “vendabilidade” do estudante e com os resultados da seleção meritocrática e desmoralizante ainda existente, e que são utilizadas para dar início ao círculo universitário. A expressão das ações do Grêmio revelou, então, as brutais relações no espaço escolar, às quais estão sujeitos os jovens, seus professores e a sociedade.

Referências

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Gestão democrática não é falácia, é prática social. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. jan./jul. 2016, p. 65-77, 2016. Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2015/05/REVISTA_PARLAMENTO_SOCIEDADE_2016_NUMERO6_WEB_20161005.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BRASIL DE FATO. Com chegada da ômicron, mais de 17 mil paraenses buscaram a 1ª dose este ano. Redação Paraná, **Brasil de Fato**, Curitiba, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/18/com-chegada-da-omicron-mais-de-17-mil-paraenses-buscaram-a-1-dose-este-ano>. Acesso em: 21 de abr. 2022.

BRASIL. [Constituição Federal de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Ibirubá Conselho de Campus. **ATA Nº 1/2022- 07/02/2022**. Rio Grande do Sul, IFRS, 2022. Disponível em: https://ifrs.edu.br/ibiruba/wp-content/uploads/sites/4/2022/02/ATA-1_2022-CONCAMP_07_02_2022.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

COSTA, Euler O. Subjetividade, fetiche ou feitiço: escola pública e o capitalismo neoliberal. In: ARRUDA, Roberto. (Org.) **Subjetividade e formação humana em tempos de reestruturação do capitalism**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel Mato. (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DIAS, Edmundo Fernandes. Democrático e popular? **Revista Outubro**, [s.l.], n. 8, 2003. Disponível em: <http://outbrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-8-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EDUCAÇÃO IBIRUBÁ. Retorno ao ensino remoto: Alunos do IFRS Campus Ibirubá realizam protestos e pedem que as aulas continuem de forma presencial. Visão Regional. **Jornal da Integração**, Ibirubá, 4 fev. 2022. Disponível em: jornalvr.com.br/noticia/retorno-ao-ensino-remoto-alunos-do-ifrs-campus-ibiruba-realizam-protestos-e-pedem-que-as-aulas-continuem-de-forma-presencial/. Acesso em: 20 abr. 2022

FREUD, S. **O mal-Estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volumes 1 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRÊMIO IFRS CAMPUS IBIRUBA. Página no Instagran. **@ge.ifrsibiruba**. Ibirubá, Rio Grande do Sul, 2022c. Disponível em: <https://www.instagram.com/ge.ifrsibiruba/>. Acesso em: 20 abr.2022

GRÊMIO IFRS-IBIRUBA. **Ações do grêmio estudantil durante seu mandato** de jan./mar. 2022. Grêmio IFRS: Ibirubá, jan./mar. 2022b. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1QEBy4XX7cxbJUVZ5LkBy6dI3xNV-yl8Emp43dPxRX7U/edit>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GRÊMIO IFRS-IBIRUBA. **Ata nº30 de 13 de janeiro de 2022**. Atas do Grêmio estudantil dos cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio. Grêmio IFRS: Ibirubá, jan. 2022a. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1uu4JWUpRe-Ox3r3c1xtgRlduf_jfck-BJsNy_4dOUjM/edit?usp=sharing. Acesso em: 20 abr. 2022

LACAN, Jacques. **Seminário 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOSCHKOVICH, Marília. O que está por trás do desmonte bolsonarista da educação? **Blog da Boitempo**, [s.l.], 11 jul. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/11/o-que-esta-por-tras-do-desmonte-bolsonarista-da-educacao/>. Acesso em: 23 set 2020.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

REZERA, Danielle; D’ALEXANDRE, Raquel. A educação de crianças e jovens durante a pandemia da Covid-19. “Tem alguém aí, ou vamos apenas cumprir tarefas?”. **Saber e Educar**. Portugal, n. 29, p. 3-14, 2021. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/396/458>. Acesso em: 22 abr. 2022

Recebido em 29 de abril de 2022
Aceito em 25 de maio de 2022